

**“Associativismo, Profissões e Políticas Públicas – III Seminário
Nacional de Trabalho e Gênero”**

Sessão Temática: “Memória, Trabalho e Gênero”

**TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS
FARMACÊUTICAS NO EIXO GOIÂNIA-ANÁPOLIS: TRABALHO E
MEMÓRIA.**

Sônia Aparecida Lôbo¹

¹ A autora é Doutora em Sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina e é professora da Universidade Estadual de Goiás e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás. O presente trabalho faz parte da tese de doutorado defendida em 2007 sob a orientação da prof. Dra. Bernardete W. Aued.

Resumo:

O presente trabalho busca refletir sobre as trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores da indústria farmacêutica localizadas no eixo Goiânia-Anápolis. O acompanhamento das trajetórias de vários trabalhadores nos permitiu perceber a mobilidade, e diversidade ocupacional no qual estão inseridos; a constância do trabalho temporário e precarizado que exige pouca qualificação e a adaptação perante aos mais diferentes empregos. A transição do trabalho rural para o trabalho na indústria possibilitou, para os trabalhadores, novas leituras sobre as rotinas e o cotidiano do trabalho. Frente a esse contexto percebemos que nos encontramos diante de uma realidade marcada pela transição e pelo hibridismo: na região, por uma economia agrária em processo de diversificação e industrialização; na indústria, pelo compartilhamento de diferentes formas de organização de produção de uma mercadoria específica, o medicamento; e, nas trajetórias profissionais, pelas constantes mudanças de ocupação.

Palavras-chave: Trabalhadores – Trajetórias – Indústria farmacêutica

1. Introdução

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a sua estrutura de rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BORDIEU, 1996:81)

A ocupação econômica da região centro-oeste do Brasil, a constituição de um pólo industrial em Goiás como parte de um processo de descentralização da produção industrial no país, bem como o desenvolvimento urbano verificado nas últimas décadas desencadearam um intenso movimento de pessoas e capitais para a região do Mato Grosso Goiano.

A indústria farmacêutica tornou-se, nesse contexto, catalisadora de uma parcela dessa força de trabalho. Marcada pela produção de uma mercadoria que gera lucros crescentes em escala mundial, utilizando diferentes formas de organização e gestão do trabalho para consecução de seu objetivo, a produção de medicamentos carrega, também, a marca de ser produtora de uma mercadoria que serve à manutenção da vida, encontrando-se eivada de contradições pelo confronto entre os interesses do capital e os interesses e necessidades dos seres humanos. Os trabalhadores dessa indústria vivenciam essas contradições e as subjetivam de diferentes maneiras.

Nas trajetórias percorridas, do campo para a cidade, do trabalho rural para o fabril, nos diversos ramos da economia, em um mesmo setor ou na mobilidade interna dentro da própria empresa, os sujeitos vão construindo maneiras de perceber, interpretar e se relacionar com as suas condições objetivas de vida. Subjetivam a objetividade. Esses percursos revelam momentos de passagem, de amoldamento ou de contestação aos processos de produção industrial e capitalista. O trabalhador apresenta-se, ao mesmo tempo, como possibilidade de negação e de afirmação do capital.

Frente a esse contexto, nessa pesquisa partimos do pressuposto de que estamos diante de uma realidade marcada pela transição e pelo hibridismo: na região, por uma economia agrária em processo de diversificação e industrialização; na indústria, pelo

compartilhamento de diferentes formas de organização de produção de uma mercadoria específica, o medicamento; e, nas trajetórias profissionais, pelas constantes mudanças de ocupação.

No fazer da pesquisa uma questão teórico-metodológica se impôs. Ela diz respeito ao pressuposto adotado de que os indivíduos e suas histórias de vida e de profissão apenas são compreensíveis se considerarmos a maneira como se ligam, as relações recíprocas que estabelecem, a sua inserção dentro de um contexto histórico e social. A subjetividade é forjada em interação com a materialidade. A apreensão das trajetórias pessoais só se torna possível por meio da construção de um aparato que permita entendê-las em conexão com o mundo do qual fazem parte.

No método adotado a palavra do entrevistado, que em geral não é proferida ao acaso, mas a partir da demanda do sociólogo, é uma referência, um ponto de partida para sua reflexão (AUED: 2002). O trabalho do pesquisador não consiste somente em fazer o entrevistado rememorar os episódios de sua vida e dar uma interpretação a elas, mas contribuir para inscrevê-los numa determinada temporalidade, articulando passado, presente e futuro. O tratamento/montagem dado à entrevista imprime um tratamento sistemático de análise de conteúdo, de detecção dos temas organizadores do discurso, bem como dos momentos-chave da história relatada. A interpretação mobiliza conceitos e referências teóricas que permitem refletir sobre o campo de estudos concernentes ao trabalho, identidade profissional e coletiva. A construção de trajetórias carrega, ainda, a preocupação de estabelecer uma ponte entre objetividade e subjetividade por meio dos discursos dos sujeitos.

2. Andanças: três trajetórias

Nas histórias dos trabalhadores que participaram desta pesquisa evidenciou-se um traço comum que os une: a mobilidade geográfica e ocupacional. Provenientes de cidades do interior de Goiás como Jaraguá, Corumbáiba, Nova Veneza, Barro Alto, Natinópolis, Rio Verde e Silvânia, ou de estados próximos como Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte, esses trabalhadores e suas famílias procuraram Goiás e particularmente as cidades de Goiânia e Anápolis como destino. Em sua maioria nasceram e foram trabalhadores rurais como seus pais. Um número menor, composto de trabalhadores na faixa de idade dos vinte aos trinta anos, nasceu nessas cidades, mas seus pais se estabeleceram nelas recentemente. É a primeira geração de trabalhadores da indústria farmacêutica nascida no espaço urbano. Waldivino² é um dos trabalhadores cuja família migrou há décadas para Goiás.

Meu nome é Waldivino³. Eu tenho 54 anos. Minha origem é de Mossoró no Rio Grande do Norte. Vim para Goiás com dois anos de idade. E a gente se estabeleceu na região de Anicuns, interior de Goiás. Eu vim para Goiânia aos 23 anos. A imigração do Nordeste para a Região Centro-Oeste e Região Sul é de muitos anos. A região é muito pobre, até hoje é pobre. Como a mão-de-obra era muito escassa aqui, existiam aquelas pessoas que praticamente “traficavam” os nordestinos para Goiás. Para região de fazenda, de café, de caieiras. Meu padrinho tinha um caminhão, um pau-de-arara, então ele buscava nordestino no Rio Grande do Norte e trazia para Goiás, Brasília e outras regiões. Como Goiás era muito promissor, as pessoas diziam que aqui dava dinheiro na árvore, a gente veio com o padrinho[...] Meus avós tinham um forno de caieira. Vieram para Goiás exatamente porque um pessoal encomendou. Esses nordestinos já foram direto para uma região de um

² Todos os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios.

³ Entrevista concedida à autora, Goiânia-GO, 16 de maio de 2005.

fazendeiro, Saturnino Pimenta. Ele se tornou até amigo da família. Até hoje somos amigos. Meus pais foram morar na fazenda dele, na caieira, e trabalharam muitos anos com ele. Além do meu pai trabalhar com extração de pedras, a gente plantava alguma coisa na lavoura.

A primeira lavoura que nós tocamos em Goiás foi um cafezal que foi plantado por arrendamento. A gente plantou café; a produção que dava dentro, que era o arroz e milho, era nossa. Nós pegamos para formar o café e ficamos com ele durante quatro anos. Era para dar o café todo formado, sem nenhuma falha. Foi esse o acordo.

Quando a família de Waldivino decidiu migrar em 1953 da distante cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para a mais distante cidade de Anicuns, na região central de Goiás próxima a capital, deixando, segundo ele, uma “região muito pobre” em busca de uma terra que “dava dinheiro em árvore”, havia se iniciado em Goiás, especialmente na região para qual a família de Waldivino migrou, um processo de atração de capitais e pessoas que ficou conhecido como “marcha para o oeste”.

Historicamente essa região é conhecida como Mato Grosso Goiano e dela fazem parte as cidades de Goiânia e Anápolis. É uma região que se constituiu há menos de um século e passou por profundas transformações que afetaram a forma de ocupação do território, sua ecologia e demografia. Tornou-se em pouco tempo o principal centro econômico do estado de Goiás alterando a vida de milhares de pessoas que passaram a habitar as duas cidades.

As políticas de integração desencadeadas por Vargas (1930-1945) constituíram-se em um dos elementos de dinamização da ocupação dessa região. Posteriormente encontraram continuidade em outros governos, notadamente em Kubitschek (1956-1961) e nos governos militares. O avanço sobre a região amazônica fez parte de uma estratégia de avanço do capital sobre novas fronteiras agrícolas e de legitimação da ação do Estado sob a bandeira do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Buscavam, ainda, atenuar os conflitos no campo por meio do deslocamento de populações de áreas de conflito, especialmente Nordeste e Sudeste, para novas áreas.

A construção de Goiânia, nos anos de 1930, fez parte desse processo. E, apoiada amplamente pelo governo federal, trouxe um novo impulso para a economia da região. Como destacou Bertran (1978), Goiânia foi a princípio um “burgo agrícola”. Em 1940, 70% de sua área era destinada a estabelecimentos rurais e desde os primeiros anos a região foi palco de elevada imigração. O atrativo real para o surto migratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e de matas na área de abrangência da nova capital.

Nas décadas de 1950 e 1960 aprofundaram-se as políticas de interiorização e de incorporação da Região Centro-Oeste. A abertura de grandes rodovias⁴, com destaque para a Belém-Brasília, além da construção da capital federal, foram elementos propulsores desse movimento. A construção dessas grandes obras acelerou o crescimento da produção agrícola, demográfico e dos índices de urbanização, e promoveu maior articulação com as áreas voltadas para o desenvolvimento industrial na Região Sudeste do Brasil.

Esse processo de ocupação não deixou de ser conflituoso. Disputas pela terra se reproduziram na região do Mato Grosso Goiano, mais atingida pelas políticas de integração, e por todo o estado, ao longo de toda a Belém-Brasília, onde hoje está situado o estado de Tocantins. À medida que as terras se valorizavam e o capital procurava disciplinar o uso e a

⁴ Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010, BR-020, BR-040, BR-050, BR-060, BR-153, BR-452 e BR-364.

posse do solo, camponeses, posseiros e índios que não possuíam o título de propriedade iam sendo expulsos de suas terras e vinham engrossar as massas de degredados nas cidades.⁵

Com o avanço das relações capitalistas no campo e o aumento da produção agrícola favorecido pela abertura de estradas, Goiânia e Anápolis passaram a constituir os maiores centros urbanos do estado, especializando-se em atividades terciárias, principalmente no comércio e transporte de mercadorias.

O final da década de 1960, os anos 1970 e 1980 foram marcados, também, pelo processo de modernização e de industrialização da agricultura no Centro-Oeste. Amparado por políticas estatais de financiamento, o cerrado goiano se tornou o *locus* privilegiado do avanço da agricultura comercial articulada ao desenvolvimento das agroindústrias.

A modernização da agricultura, rompendo com a produção tradicional ou subordinando-a, promoveu tanto a expulsão de lavradores do campo quanto a atração de pessoas para as áreas urbanas. Cidades como Goiânia, Anápolis e a região do entorno de Brasília receberam grande parte desses imigrantes. O êxodo rural ocorreu de forma intensa, refletindo uma tendência constatada em todo o país. No final da década de 1980, 67,75% da população do Centro-Oeste estava residindo em cidades, marcando uma grande inversão, se levarmos em conta que em 1940 apenas 21,52% dessa população vivia em áreas urbanas.

Hoje, grande parte da população goiana está localizada em três espaços do centro-sul do estado: na zona do Mato Grosso Goiano, no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área do Sudoeste Goiano (Rio Verde, Itumbiara e Jataí)⁶. Regiões que historicamente participaram dos projetos de interiorização e expansão capitalista em Goiás (ESTEVAN, 1998).

Antônio⁷ faz parte da primeira geração de sua família que nasceu em Goiânia no início dos anos de 1970. Descendente de baianos e mineiros, não traz na sua história o passado de trabalhador rural. Seu pai migrou nos anos cinquenta, como a família de Waldivino. Vivenciou o trabalho na roça, mas cedo adquiriu uma profissão caracteristicamente urbana: de contabilista.

Eu tenho vinte e seis anos. Nasci em Goiânia. Meu pai é baiano. A família dele é da região de Correntina. A cidade em que meu pai nasceu se chama Santana, cidade bem pequena, coisa de trinta mil habitantes. Uma cidade que fica no sertão da Bahia. Ele saiu de lá bem novo, com quatorze anos, porque cidade pequena não oferece nenhuma possibilidade. Inclusive, os irmãos dele todos saíram e, em virtude disso, encaminharam-se na vida. Cada um foi para um local, tenho um tio no Tocantins, uma tia em São Paulo, e outra no Rio. O meu pai foi o único que se fixou no estado de Goiás. Em Goiânia tem um grupo muito grande de pessoas daquela região. Na empresa tem três funcionários que são de lá. Minha mãe é goiana, mas a família dela é toda de Minas, de Divinópolis que fica próxima a Belo Horizonte. Meu pai era técnico em contabilidade, depois fez o curso de economia na antiga UEG em Anápolis. Minha mãe era do lar.

⁵ Conflitos de grande proporção e repercussão nacional, como o de Trombas e Formoso, somavam-se às lutas pela baixa do valor do arrendo por parte de meeiros ou à resistência de pequenos proprietários e indígenas à expulsão pura e simples. A violência de fazendeiros e do próprio Estado marcou esse momento, e se conjugou a uma política de distribuição e legalização de terras para grandes proprietários às margens das rodovias que iam sendo abertas.

⁶ Dados obtidos de Estevan (1998)

⁷ Entrevista concedida à autora, Goiânia-GO, 23 de junho de 2005.

Na década de 1970, a região que compreende o eixo Goiânia-Anápolis consolidou a posição alcançada nas décadas anteriores. Centros mercantis por excelência, as duas cidades passaram a agregar atividades ligadas ao setor financeiro e de indústria, principalmente as do setor de transformação alimentar, ou seja, a agroindústria.

Quarenta anos depois da migração da família de Waldivino e de Antônio, Estevão deixou a pequena Corumbaíba no início dos anos de 1990 e foi para Anápolis. Não só ele. Toda a sua família saiu da “currutelinha” em busca de outros lugares para viver e produzir “porque ninguém quer passar a vida inteira sofrendo”.

Meu nome é Estevão.⁸ Tenho 34 anos. Na minha família nós éramos nove irmãos, quatro homens e cinco mulheres. A gente morava na roça. Como se diz, no grosso: trabalhava para comer. O que a gente plantava e colhia, vendia por uma migalha. Até hoje, nessa área só ganha dinheiro quem é grande, os pequenos só dividem. O sistema que a gente trabalhava era a meia com o patrão. Se você colhia dez sacos dava cinco para ele e ficava com cinco. No caso nós éramos onze pessoas. Era uma dificuldade terrível. Mal tinha calçado. Eu fui calçar botina para trabalhar depois que eu me tornei rapaz. Depois dos dezoito, dezenove anos. Antes, era só com o pezão no chão. Oh louco! Uma época muito difícil! Ai, infelizmente, a minha mãe morreu. Eu fui morar na cidade, na currutelinha. Eu vivia mexendo com horta, com alho, plantando beterraba, esse ‘trem’ assim. Trabalhando para os outros, também. Foi onde eu decidi. Conheci uma moça. Estava sozinho e pensei: a solução dos meus problemas é casar!

Quanto aos meus irmãos, o mais velho casou e mudou para Inhumas. A minha irmã também casou, mas não deu certo com o marido. Mudou para Anápolis. Outro casou e parece que se arrependeu, não deu certo e se suicidou. O caçula foi para São Paulo, para se dar bem na vida. Para todo pobre, naquela época São Paulo era a solução, porque se pensava que lá se conseguia dinheiro. Casou e agora está morando em Goiânia, onde os outros também moram. Ninguém ficou em Corumbaíba. Eu só tenho um tio que mora lá. Um dos motivos de eu ter vindo para Anápolis foi a família da minha mulher viver aqui.

Ninguém quer ficar a vida inteira sofrendo. A maioria das pessoas que moram no interior vão para cidade grande para tentar a sorte. E é sorte mesmo, porque é loteria!

A cidade de Anápolis, por ele escolhida, havia estabelecido uma política de industrialização que se efetivou em fins de 1967, quando foi levado para o município o projeto do governo estadual de criação de uma cidade industrial. Quase uma década depois, em 1976, foi criado na cidade o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, que oferecia uma série de incentivos para atrair empresas para a região.⁹

O conjunto de medidas adotadas pelos sucessivos governos após a década de 1970, com o intuito de diversificar as atividades econômicas do estado e atrair empresas ligadas ao setor industrial, resultou no início de uma industrialização que, no quadro do estado, ainda pode ser considerada incipiente,¹⁰ mas tem provocado mudanças no perfil das cidades, além de diversificação econômica e social, atraindo grande número de trabalhadores. Associado ao processo de modernização da agricultura, que expulsou grande número de pessoas do campo,

⁸ Entrevista concedida à autora, Anápolis–Go, 20 de abril de 2005.

⁹ Dentre eles toda a infra-estrutura montada e a venda de lotes a preços simbólicos, em torno de R\$ 0,50 o m².

¹⁰ Em 2005 o número de contribuintes no estado ligados ao setor industrial correspondia a 5,21%, enquanto aqueles ligados ao setor de produção rural e extração vegetal perfaziam um total de 66,40% (REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 2005:20).

o processo de industrialização atuou como catalisador dessa força de trabalho. Foi ali que Estevão e milhares de outros trabalhadores, em processo de mudança recente do campo para a cidade, procuraram emprego e tiveram seu primeiro contato com a produção industrial e de medicamentos.

2.1 Entre o campo e a cidade: a mediação da palavra “liberdade”

Entre os trabalhadores que vieram constituir a força de trabalho da indústria farmacêutica instalada na região, o ingresso precoce no mundo do trabalho, na infância ou na adolescência, foi vivenciado por todos os pesquisados. Para aqueles que nasceram e cresceram no meio rural, a primeira experiência com o trabalho se deu na infância, auxiliando a família na roça e buscando ali o seu sustento. São exemplos dessas trajetórias Waldivino e Estevão. O uso recorrente da palavra “liberdade” por esses trabalhadores nos chamou a atenção para a ruptura criada entre o trabalho no campo e o trabalho urbano.

A trajetória de Waldivino¹¹ é exemplar da transição entre o mundo do trabalho rural e urbano e da diversidade de ocupações que foi adotando no decorrer de sua vida. Assim ele descreve seu percurso:

Além do meu pai trabalhar com extração de pedras, plantava alguma coisa na lavoura. Era onde nós entrávamos, os meninos, os rapazinhos. Eu e meu irmão. Com oito anos começamos a trabalhar na lavoura.

Depois eu me tornei aventureiro, apesar de viver em uma região promissora. Mas eu era assim, um pouco espirituoso e vaidoso. Fui mexer com rodeio. Fui ser peão. Quem mora na lavoura tem esse espírito de peão. Porque o animal era o meio de condução que tinha. Então você acaba tendo esse entusiasmo pelo animal. Todo mundo, na fazenda, tem essa habilidade. A nossa diversão de fim de semana era montar os bezerros. Eu tive oportunidade de mexer com rodeio, mas não dei valor. Naquela época não tinha essa empolgação que tem hoje. Peão era mal visto. Quando eu dizia que era peão, que ia para rodeio, os vizinhos condenavam.

Naquela época não tinha divulgação. Às vezes, a gente dormia nas barracas do circo, pois não tinha dinheiro. Muitas vezes um colega pagava a passagem do outro. O pagamento era só o que a platéia doava.

Depois eu vim para Goiânia. Eu fui trabalhar num hotel, de garçom. Em seguida, fui para o Magazine Central, uma empresa de confecção. Eu era vendedor. Mais tarde, fiz muitas outras coisas: furei cisterna, fui feirante e até juiz de futebol.

Mas no início foi difícil. Porque na lavoura o pessoal tem compromisso de trabalhar. Mas, quando chega a época de colheita, tem aquele espaço. Porque até preparar a terra para outra plantação você tem a vida livre. Você trabalha muito, mas tem liberdade. Não tem compromisso com o patrão. Tem com você mesmo. Aqui não. Na cidade nós somos muito presos a horário, a relógio, a dia. Nos primeiros meses foi difícil adaptar. Aquela liberdade que eu tinha no interior, já não tinha mais.

Eu tenho saudade. Quando eu vejo um rodeio dá vontade. Mas fico só na ilusão.

Na contraposição estabelecida entre o trabalho rural e o da cidade a mediação da palavra “liberdade” passa a ser central. Para Waldivino, o campo e especialmente a atividade de peão representam a liberdade perdida. A possibilidade de se movimentar livremente vai ser

¹¹ Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 16 de Maio de 2005.

contraposta ao trabalho urbano, que lhe impõe uma rotina rígida, com “horário, relógio e dia”. O passado é idealizado. O trabalho começou cedo, faltava dinheiro, ser peão não chegava a ser profissão e se igualava às atividades de um “circo”. A remuneração provinha da boa vontade da platéia, mas, em compensação, não havia o controle do patrão e se podia ir onde se quisesse. Na lavoura ocorria o mesmo. Estando o serviço pronto o tempo é seu, para ser usado da maneira que você desejar. Esse é um tempo passado de liberdade que lhe dá saudade. Quanto ao trabalho na cidade não lhe dá o que dizer: foi garçom, vendedor, furador de cisterna, feirante e juiz de futebol. Isso até o início do trabalho fabril.

Estevão¹², para quem “na roça a gente sempre tem um pensamento de não ficar ali”, ambigualmente vê na liberdade o que havia de mais positivo do trabalho rural. Sua trajetória também foi marcada pela diversidade de atividades que enfrentou depois que saiu do campo: foi empacotador, trabalhou no comércio, em uma indústria de tecidos como operador de máquina, para finalmente chegar à indústria farmacêutica. Contrapondo suas atividades anteriores à atual, medindo vantagens e desvantagens das mudanças, assim ele se expressa:

Eu entrei nessa vida sem pensar. Vim da roça sem emprego. Para buscar um emprego. Era essa a opção. Na época só tinha uma mochila nas costas, a mulher, o filho e Deus.

O trabalho da roça e da cidade são muito diferentes. Mas a experiência na lavoura, já valeu. No comércio se exige inteligência. Agora, na maioria das indústrias se exige um pouco de esforço e resistência, tem de dar conta das tarefas que nos passam. Nisso ajudou bastante ter crescido na roça, a criação que eu tive. Meus pais passaram que eu deveria ser uma pessoa de bem, ter bom caráter.

Eu gosto da vida de trabalhador na indústria, mas na roça você não tinha que cumprir horário. Não é cobrado, tem mais liberdade. Na indústria, a todo o momento tem um monte de chefes e de pessoas te cobrando. Eu não gosto de ser vigiado, das pessoas estarem observando o que estou fazendo. Qualquer movimento que você faz tem câmara filmando. Você não tem privacidade, tem sempre alguém observando. Mas é melhor que na roça.

Graças a Deus, não tenho nenhuma vontade de voltar. Aquilo não é vida, aquela ‘musquitaiada’ pegando na orelha. Ave Maria!

Para ele, a liberdade que o mundo rural lhe oferecia, expressa na ausência de cobrança e vigilância, não vale o sofrimento e pobreza que o trabalho realizado no sistema de meia lhe impunha. Viver na cidade e não ter que voltar para a roça se apresenta como melhoria em sua vida pessoal e familiar. Daí não ter saudade, diferentemente de Waldivino.

Cecília Meireles (1996) disse que a liberdade é uma palavra “que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda”. Apesar de ser um anseio da maioria das pessoas e de difícil definição, como ressalta a poeta, podendo ter significados distintos para distintas pessoas, e sendo idealmente construída, a liberdade à qual se referem Waldivino e Estevão tem uma referência específica: o mundo e as rotinas do trabalho. E esse mundo e rotinas são historicamente datados.

Na antiguidade, especificamente em Aristóteles, o sentido da liberdade se vinculava à possibilidade de não servir como instrumento da vontade do outro, ou seja, não ser escravo. A constituição da sociedade capitalista deu outro sentido à liberdade. A instituição dos trabalhadores como “indivíduos livres” sem nenhum vínculo de escravidão ou servidão, possuidores de sua própria mercadoria, a força de trabalho, deu nova conotação ao termo. Ser livre significa agora, paradoxalmente, servir livremente. E o termo passou a se associar à noção de individualidade, propriedade e igualdade. Assim se refere Marx

¹² Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

(1988b:252) ao processo de constituição desse indivíduo livre no processo de formação do capitalismo:

Duas espécies bem diferentes de possuidores têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de seus valores comprando a força de trabalho alheia, e de outro, os trabalhadores livres vendedores da sua força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos estes dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista.

O rompimento das estruturas econômicas e políticas feudais e a criação da liberdade jurídica, que deram origem às classes sociais existentes sob o capital, não resultaram na criação da liberdade dos trabalhadores como seres humanos. Waldivino e Estevão são homens livres, estando garantida juridicamente a sua liberdade de se deslocarem, para trocarem o trabalho rural pelo trabalho fabril, e mudar de ocupação quando necessário. Mas percebem que nessas transições tornam-se prisioneiros, vigiados, controlados e sem privacidade. Enfim, sem liberdade.

Mészáros (2006:141), estudando os processos de alienação vinculados ao desenvolvimento da propriedade privada, com base nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, afirma que o desenvolvimento da propriedade capitalista resultou na negação da liberdade, isso porque em Marx o problema da liberdade é compreendido numa tríplice relação: primeiramente, diz respeito ao grau de liberdade com relação às necessidades naturais; em seguida, de como essa primeira liberdade é distribuída entre os vários grupos reunidos sob as relações de propriedade existentes; e, finalmente, com relação às duas formas precedentes: até que ponto o homem é livre para exercer seus “poderes essenciais”, entendidos como sua capacidade de trabalho e a de se objetivar por meio dele.

Poderíamos afirmar que, com relação às necessidades naturais o capitalismo realizou um avanço em comparação com outros modos de produção. Porém, Mészáros (2006:143) diz que:

Embora as forças produtivas pudessem, realmente, satisfazer as necessidades humanas reais, devido ao caráter irracional do processo de produção como um todo, as necessidades parciais da propriedade privada – baseadas na expansão da produção e do lucro - prevalecem sobre as necessidades humanas reais.

Assim, a força libertadora das novas capacidades produtivas é anulada. A garantia político-jurídica da “liberdade” dos indivíduos sob o capital é secundarizada pela posse privada dos bens. A liberdade torna-se, portanto, uma abstração.

No que diz respeito aos “poderes essenciais do homem”, esses se encontram plenamente alienados sob o capital. Primeiramente porque o trabalho, como atividade que se manifesta de forma livre e criativa, contrastando com a atividade dos animais que pertencem à esfera da necessidade, encontra-se obstruída pelo capital. E, em segundo lugar, porque o poder do homem se objetivar por meio do trabalho, que também é especificamente humano, aliena-se no processo produtivo extremamente fragmentado. Para Mészáros (2006:146), “o trabalho, que deveria ser uma propriedade interna ativa do homem, se torna exterior ao trabalhador devido à alienação capitalista”.

Nesse último aspecto, ou seja, da construção do homem livre por meio do trabalho e da negação dessa possibilidade sob o capital, situa-se o dilema de Waldivino e Estevão. No trabalho na roça, mal remunerado, que ainda não é caracterizado pelo assalariamento, mas por

outras formas de extração do sobretrabalho – como o regime de arrendamento da terra baseado na “meia” –, esses trabalhadores não se encontravam, ainda, totalmente submetidos às normas, disciplinas e fragmentação do trabalho impostas pelo capital no processo produtivo. Daí o sentimento de liberdade, idealmente referido. Mas essa liberdade não era suficiente para lhes garantir a existência. Deslocam-se, empregam-se, mas percebem que perderam algo. O capital, que lhes permitiu a mudança, associando-a à idéia de liberdade do indivíduo para fazê-la, nega-a crescentemente à medida que subordina o trabalhador às rígidas normas da produção.

2.2 Trajetórias e diversificação das ocupações

Independentemente da sua origem rural, observamos dentre os trabalhadores pesquisados que a maioria vivenciou diversas ocupações antes de ingressar no trabalho na indústria farmacêutica.

Figura 1

Quadro: trajetórias anteriores ao trabalho na indústria farmacêutica

Nome	Origem	Início da vida laboral	Ocupações
José	Município de Americano do Brasil - GO	13 anos	Trabalhador rural Auxiliar em cartório Auxiliar em escritório de contabilidade Operador de cinema Professor rural
Ester	Município de Jaraguá - GO	12 anos	Doméstica Dona de casa Copeira
			Comerciária
Joana	Goiânia - GO	16 anos	Almoxarife Dona de casa
Geraldo	Goiânia - GO	15 anos	Auxiliar em escritório Entregador
Manoel	Município de Corumbaíba-GO	14 anos	Trabalhador rural Adestrador Servente de pedreiro Furador de cisterna Balconista Motorista

Waldivino	Município de Mossoró - RN	8 anos	Trabalhador rural Peão Comerciário Garçom Pedreiro Feirante Juiz de futebol
Robson	Nova Veneza - GO	14 anos	Comerciário
Ailton	Goiânia - GO	14 anos	Ajudante em vidraçaria Auxiliar em indústria
Edimilson	Goiânia - GO	14 anos	Comerciário
Antônio	Goiânia - GO	14 anos	Auxiliar de contabilidade
Luiz	Goiânia	14 anos	Auxiliar de secretaria
Paulo	Barro Alto - GO	12 anos	Carregador Jardineiro Auxiliar de indústria
Tereza	Município de Natinópolis - GO	8 anos	Trabalhadora rural Doméstica Balconista
Estevão	Município de Corumbáiba - GO	8 anos	Trabalhador rural Empacotador Operador em indústria metalúrgica
Marcos	Rio Verde - GO	11 anos	Vendedor de rua <i>Office-boy</i> Balconista Auxiliar de escritório
Neuza	Anápolis	14 anos	Auxiliar de escritório Auxiliar de indústria
Roberto	Município de Petrolina - MA	9 anos	Trabalhador rural Auxiliar de indústria de móveis Ajudante de pedreiro Auxiliar em indústria têxtil Carregador
Natal	Município de Silvânia - GO	9 anos	Trabalhador rural Empacotador Auxiliar de indústria
Tomé	Anápolis - GO	15 anos	Operador de máquina em cerealista <i>Office-boy</i> Operador de máquina em cervejaria Auxiliar de escritório <i>Barman</i>

			Auxiliar administrativo
Jean	Anápolis - GO	13 anos	Lavador de automóveis Operador em indústria de bebidas
Jaime	Anápolis - GO	13 anos	Pedreiro

Fonte: Entrevistas com os trabalhadores.

Assim situamos aqueles que migraram ainda na infância e cresceram fazendo pequenos “bicos” na cidade. Marcos¹³, por exemplo, trabalhou desde criança, e narra dessa forma o início de sua vida no mundo do trabalho:

Com onze anos eu comecei a trabalhar no escritório de contabilidade. Antes disso eu trabalhava na rua vendendo de tudo um pouco. Vendi geladinho, picolé e salgado. Trabalhei nesse escritório durante mais ou menos cinco anos. Nos primeiros dois anos eu trabalhava três vezes na semana, meio período. Fazia limpeza. Depois, eu passei a trabalhar cinco dias na semana, já com outras atribuições. Eu fazia a parte de trabalhos externos, *office-boy*. Banco, cobrança, leva documento, traz documento e auxiliava em alguns processos internos. Depois saí e fui trabalhar na papelaria, fazendo limpeza e entrega. Mais tarde fui balconista. Trabalhei mais cinco anos e meio.

A diversidade de atividades também é característica entre os entrevistados que nasceram nos centros urbanos. Paulo começou a trabalhar aos 10 anos e foi carregador, jardineiro e auxiliar de produção em uma fábrica de manilhas. Tomé foi ajudante em uma cerealista, auxiliar de produção em indústria de cerveja, auxiliar de escritório, *barman*, auxiliar administrativo e peão de obra. São poucos aqueles que exerceram apenas uma ocupação antes do ingresso na indústria farmacêutica. Antônio¹⁴ é um deles. Antes do trabalho na indústria só teve uma ocupação, a de auxiliar de contabilidade no escritório de seu pai.

A partir dos quatorze anos comecei a trabalhar com meu pai no escritório. De 1993 até 2002 eu trabalhei com ele. Durante esse período lidei com contabilidade. Tinha muita coisa profissional que eu fazia. Mas quem assinava era ele. Isso me deu uma experiência muito grande. Acho que foi muito válido ter iniciado o trabalho um pouco mais cedo. Tem gente que começa a trabalhar com dez anos quebrando pedra. Graças a Deus eu pude ter uma experiência muito boa. Eu saí de lá para ter mais independência e ao entrar na indústria, culminou com o falecimento dele.

As trajetórias profissionais singulares vivenciadas antes do início de suas atividades na indústria revelam aspectos bastante comuns à situação da classe trabalhadora no Brasil: o início do trabalho ainda na infância ou na adolescência; a permanência provisória e temporária em cada uma das ocupações exercidas, daí a sua diversidade e o fato de serem quase sempre mal remuneradas, exigindo muitas vezes a sobreposição de várias ocupações; o exercício de atividades que não exigem o alongamento da escolarização e tampouco qualificação: quase sempre trabalhos braçais ou atividades ligadas ao comércio.

¹³ Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 17 de junho de 2005.

¹⁴ Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

Esses trabalhadores entraram, como diz Estevão, “nessa vida sem pensar”. O próprio mercado impôs uma mobilidade e uma “flexibilidade” inexoráveis a esses trabalhadores, que se tornam uma espécie de “faz de tudo” ou “pau para toda obra” sem identificação concreta com nenhuma ocupação exercida e se submetendo às mais precárias condições contratuais e de trabalho.

A capacidade de adaptação às mais diferentes funções e regimes de trabalho, ou flexibilidade, têm sido celebrada como uma virtude a ser incorporada pelos trabalhadores¹⁵. Ironicamente, a própria precarização do trabalho tem obrigado os trabalhadores a se tornarem flexíveis no sentido de se esforçarem para desempenhar as mais diversas ocupações em um contexto de desqualificação profissional. Desenvolvem, no seu percurso ocupacional, uma capacidade de aderência às mais diferentes formas de trabalho. Flexibilidade e aderência impostas pela necessidade da reprodução de sua força de trabalho e não por uma disposição consciente e em sintonia com as novas exigências de qualidades subjetivas exigidas aos trabalhadores.

Salerno (1993) nos indica que, no Brasil, um quadro com grande número de trabalhadores sem carteira de trabalho; uma grande flexibilidade na formação de salários e na contratação de trabalhadores, em que os limites para a demissão são muito tênues e apresenta-se grande rotatividade de trabalhadores nas empresas; uma rotina de trabalho cujos os horários são também flexibilizados pelo grande número de horas extras, pela não regulamentação de aspectos do trabalho como tempos, ritmos e relação entre o volume de trabalho e o volume de produção, e uma grande disponibilidade de força de trabalho para o turno noturno; são aspectos que indicam uma prática que já comporta um exagerado grau de flexibilidade e que pode ser traduzida como precarização.

A questão da precarização do trabalho tem sido ressaltada, por vários autores, como uma característica fundamental das novas formas de extração de mais-valia engendrada pelo capital nas últimas décadas. O trabalho parcial, sub-remunerado, instável e terceirizado convive com uma força de trabalho estável cada vez mais diminuta e protegida pelas legislações trabalhistas tradicionais, compondo dois grupos distintos de trabalhadores, sendo que o primeiro grupo encontra-se em expansão e o segundo em retração.¹⁶

Ainda que tais constatações sejam empiricamente demonstradas em vários trabalhos, havemos de considerar que essa diversidade de inserção no mercado de trabalho e extração de mais-valia não se constituem como uma novidade histórica. No Brasil, em particular, o chamado trabalho “informal” sempre conviveu com o “formal”. Basta que recordemos que, no meio urbano, o convívio com formas de trabalho precarizadas fez parte

¹⁵ Sennet (2001) considera que as mudanças na organização da produção têm levado à construção de uma cultura da flexibilidade em oposição à rigidez do fordismo.

¹⁶ Segundo Harvey (2002:143), o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Há uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Além disso, a nova estrutura do trabalho no modelo flexibilizado tem implicado a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores dentro da sociedade: os que se encontram no centro, ainda em uma situação de emprego em tempo integral, e os que se encontram na periferia, em situação de alta rotatividade devido ao fato de que suas habilidades são facilmente encontradas no mercado ou, ainda, aqueles empregados em tempo parcial. O aumento da subcontratação tem também acentuado a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, principalmente de mulheres e negros dentro do mercado. Para Antunes (2000), o presente processo significa ao mesmo tempo uma desproletarização do trabalho industrial fabril e uma expressiva expansão do trabalho assalariado, pela ampliação do setor de serviços. Ocorre uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado fabril e, de outro aumenta o subproletariado e o trabalho precário. Incorpora o trabalho feminino e exclui os jovens e os mais velhos do mercado.

constitutiva dos processos de criação de valor, ontem e hoje. O agravamento e legitimação dessa situação é que tem se constituído em uma nova realidade.

As trajetórias dos trabalhadores que acompanhamos demonstram essa situação. Vindos do meio rural, os trabalhadores aqui pesquisados incorporam-se ao meio urbano em atividades precarizadas. Mesmo os que nasceram na cidade, com raras exceções, iniciam sua vida laboral por meio do trabalho parcial e precário, só depois conseguindo alçar-se ao trabalho fabril. Essa mudança passa a compor para eles uma nova realidade ou um “novo” mundo, como veremos.

2.3 Para onde se dirigem os trabalhadores?

Antes de avançarmos nossa análise para os espaços específicos da produção de medicamentos nos quais esses trabalhadores se inserem e sobre suas impressões a respeito do trabalho na indústria, é relevante situarmos algumas características do pólo farmacêutico e das indústrias pesquisadas.

Santos (2001) nos diz que, após 1968, a incorporação de novas áreas à produção capitalista começa a se esgotar. O progresso da ciência e da técnica, permitindo uma circulação acelerada de informações, criou condições para aumentar a especialização do trabalho. A ocupação das áreas periféricas, que antes se dava por meio da produção agrícola, sofre remodelações e essas parcelas do território também são chamadas a participar da produção industrial. Assim, depois de 1970 se presencia um movimento de desconcentração da produção, sendo importantes nesse processo as políticas de planejamento econômico e regional, com a instalação de pólos de fabricação mediante incentivos governamentais. A produção industrial estende-se para novas áreas do Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte (Manaus). Essas regiões passam a incorporar parcela do capital industrial, levando a uma reconfiguração do território. As fronteiras agropecuárias modernas do Centro-Oeste tornam-se fronteiras externas à região concentradora (Sudeste), passando a abrigar um pequeno número de poderosas empresas.

Na luta para atrair mais empresas e investimentos para o seu território, os estados entram em guerra, procurando oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas, subordinando-se aos interesses de corporações globais. Grandes investimentos são realizados em nome da modernização e da criação de empregos, o que nem sempre se verifica, resultando em gastos que são pagos pela sociedade como um todo. Segundo Santos (2001:116): “O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob a ameaça de um deslocamento.”

No Centro-Oeste, no início da década de 1970, há uma movimentação em torno da implantação de agroindústrias ligadas, principalmente, ao avanço da soja e da mecanização da agricultura. Nessa década foi criado, em Anápolis, o Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA. Ainda nesse período empresas de mineração também se instalam em Goiás. Nos anos de 1990, através da chamada “Guerra fiscal”, o estado de Goiás, além de outras isenções, reduz o valor do IPI, passando a atrair empresas ligadas ao setor automobilístico e farmacêutico.

O surgimento do pólo farmacêutico em Goiás se deu nesse contexto de descentralização e interiorização da produção industrial, de expansão da indústria farmacêutica no Brasil e de estímulo à produção de genéricos com a criação da Lei de

Genéricos.¹⁷ No caso específico das indústrias farmacêuticas, os principais laboratórios com controle acionário estrangeiro se encontram localizados entre o Rio de Janeiro e São Paulo. A recente constituição do pólo farmacêutico em Goiás contou com a criação de um ambiente atrativo para empresas que quisessem se instalar na região. Dentre essas medidas podemos indicar a revitalização do Distrito Agro-industrial de Anápolis e os incentivos fiscais.¹⁸ Dentre esses está a redução de até 73% do ICMS¹⁹ gerado, pelo prazo de 7 a 15 anos para as empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUIR, instituído em 2000. Para os setores considerados de alta prioridade pela Lei do PRODUIR, como é o caso do segmento farmacêutico, representa na prática uma isenção de 65,7% do ICMS com limite para pagamento até 2020. Em 2001, 13 laboratórios do arranjo eram beneficiários do PRODUIR ou do FOMENTAR, programa anterior e que foi substituído pelo PRODUIR.²⁰

Outro programa instituído é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, destinado ao desenvolvimento da região Centro-Oeste e instituído em 1989, com recursos provenientes do IPI e IR²¹ (0,6% do total arrecadado pela União). No FCO empresarial, linha em que se enquadra o financiamento da indústria farmacêutica, os encargos financeiros são de 12% ao ano para as médias empresas e de 14% ao ano para as grandes, com redução de 15% nessa taxa em função da adimplência. De acordo com o Conselho de Desenvolvimento do Estado, responsável pelo Fundo, em 1998 e 1999, seis laboratórios do arranjo tomaram recursos do FCO.

Além disso, investimentos materiais, como a constituição de um porto seco²² dentro do DAIA, a criação da Plataforma Logística Multimodal²³, além da criação do IGTF – Instituto de Gestão Tecnológica do setor Farmacêutico, que tem por intuito coordenar as atividades do pólo –, encerram as iniciativas do Estado para atrair empresas, e que podem ser situadas dentro da “guerra fiscal” entre os Estados.

O estabelecimento do pólo insere-se ainda na tentativa de constituição de um “cluster” ou “arranjo produtivo local”.²⁴ Assim, além de reunir empresas do mesmo ramo no mesmo espaço produtivo, tende-se, também, a atrair empresas que dêem sustentação à

¹⁷ Em 2006 existiam no pólo farmacêutico 23 empresas em funcionamento e outras 15 em processo de implantação, gerando 6.000 empregos diretos e outros 12.000 indiretos e se constitui, segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no terceiro pólo farmacêutico do país, tanto em quantidade de laboratórios quanto em volume de produção, principalmente de similares e genéricos. Em 2004 o segmento farmacêutico goiano faturou aproximadamente R\$ 2 bilhões, o que representou crescimento de 17% sobre 2003. Dos laboratórios que integram o arranjo, quatro estão em Goiânia, sendo pioneiro o Laboratório Estatal fundado em 1962, os demais se localizam dentro do DAIA.

¹⁸ Situado dentro da área de influência dos principais mercados consumidores da região central, representada por Brasília, Goiânia e as cidades do triângulo mineiro, o DAIA conta com um terminal ferroviário integrado à ferrovia centro-atlântica, que dá acesso a importantes portos exportadores da região Sudeste, como Rio de Janeiro e Vitória.

¹⁹ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

²⁰ Dados obtidos através do caderno: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás. Investir em Goiás, guia prático. Goiânia: Produzir, 2001.

²¹ Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Renda e Produtos de qualquer natureza.

²² Em funcionamento desde setembro de 1999, a Estação Aduaneira Interior é um terminal alfandegário de uso público, possuindo a mesma estrutura burocrática necessária ao comércio exterior normalmente concentrada nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, como fiscais da Receita Federal, da Vigilância Sanitária e agentes da Polícia Federal. Gerido por um consórcio de empresários goianos, com permissão obtida através de concorrência pública, o Porto Seco presta serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro.

²³ Trata-se de uma base física para a atuação de empresas especializadas em operação logística – com infraestrutura capaz de receber, organizar e distribuir mercadorias diversas –, articulada a um sistema de transporte multimodal, possibilitando-se atingir rapidamente os principais mercados no Brasil e exterior.

referida produção. No caso específico da indústria farmacêutica, o esforço tem sido o de trazer empresas ligadas ao setor de embalagem, laboratórios que realizem testes de bioequivalência, empresas que prestem assistência técnica, entre outras.

No entanto, pode-se constatar, por meio de pesquisa realizada por Castro (2001) que a constituição do “*cluster*” tem se efetivado de maneira precária. No que se refere à questão das embalagens quase todo o material é fornecido por empresas de outros estados. No que tange ao maquinário, são importados 82% de máquinas da linha de produção e 93% dos instrumentos de controle de qualidade. Quanto à matéria-prima, importam-se 70% do total dos fármacos.

A área de pesquisa e desenvolvimento reflete a situação vivenciada pelas empresas no restante do país. A própria opção pela produção de genéricos resulta em que a atividade de pesquisa não será realizada pelas empresas. Quanto à área de desenvolvimento, realizam-se algumas atividades relacionadas à engenharia, visando não apenas à manutenção, mas também à adaptação de máquinas e equipamentos, bem como inovação com relação ao produto ou esforço para adequação do produto copiado ao original.

A pesquisa de Castro evidenciou, ainda, a preocupação dos empresários com a inovação tecnológica e de gestão, principalmente no que tange ao processo de controle de qualidade. Para isso têm sido firmados convênios com instituições de apoio, como as Universidades Federal e Estadual de Goiás, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Por outro lado, a maior parte do maquinário, especialmente nas grandes empresas alocadas no pólo, foi atualizada nos anos de 1990. O uso de processos mecânicos tem sido gradativamente abandonado e substituído por processos automatizados.

A constituição do pólo farmacêutico em Goiás tem refletido as grandes tendências do processo de industrialização no Brasil, reproduzindo formas de dependência e de subordinação dentro da divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, realiza um esforço de adequação produtiva e de gestão, imposta pelo capital. Assim, a renovação técnica, as tentativas de reordenamento no âmbito da qualificação da força de trabalho e de gestão, além dos processos de terceirização, visam em última instância à manutenção da competitividade internacional, apresentando limites próprios de um posicionamento periférico dentro do processo de acumulação capitalista.

2.4 “Foi um mundo novo...” – O início do trabalho na indústria farmacêutica

O encontro com o trabalho na produção de medicamentos foi marcado, para os trabalhadores entrevistados, pela surpresa: novo, diferente, estranho, susto e deslumbramento são palavras comuns utilizadas para descrever o primeiro contato com a fábrica. A essas, outras se agregam à medida que passa a primeira impressão: decepção, ordem, controle, dificuldade, obrigação, assepsia, rotina, aprendizado, silêncio das pessoas e barulho das máquinas.

Alguns trabalhadores já tinham tido contato com o trabalho em indústria, porém em dois outros ramos de produção: o metalúrgico e o têxtil. Esses também narram a sua

²⁴ “O conceito de ‘arranjos produtivos locais’ ou Clusters refere-se a uma concentração e interação, em um mesmo espaço geográfico, de empresas de um determinado setor ou cadeia produtiva, juntamente com instituições de coordenação e suporte, como sindicatos e associações empresariais, órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, gerando uma série de externalidades produtivas e tecnológicas, ou ‘economias de aglomeração’, que criam um ambiente favorável à inovação e contribuem para o desenvolvimento da competitividade das firmas” (CASTRO, 2001:2).

primeira impressão, contrapondo o trabalho em cada uma, sendo sujeira versus limpeza a comparação mais comum.

Tomé²⁵ foi peão-de-obra durante a construção de um Laboratório no Daia. Trabalhar dentro da indústria tornou-se sua meta. Assim narra o surgimento desse desejo:

Em 1998, quando comecei na obra, eu já tinha o segundo grau completo. Havia trabalhado com informática e tinha muito conhecimento da parte administrativa [...] Comecei a trabalhar como servente. Eu comentava com o pessoal que a gente parecia furador de cisterna. Na época estávamos cavando umas valas muito fundas. Era para ser a base da empresa. Nós trabalhávamos o dia inteiro, com uma picareta tirando cascalhos. A gente era sujo demais! Às vezes chovia. Aquela lama! Eu olhava para dentro da fábrica e via aquele povo todo de roupa branca, parecendo médico. Eu falava para os colegas:

— Nossa senhora, um dia eu ainda vou trabalhar lá dentro. Igual aqueles caras.

Eles me diziam:

— Ê, rapaz, você está sonhando. Isso não é para nós. Nosso serviço é carregar tijolo, carregar massa de cimento. É essa que é nossa vida.

Eu dizia:

— Não.

Na época, tinha um amigo que trabalhava na indústria e eu pedi para ele me dar uma força.

Conversando, Tomé, insatisfeito com o trabalho considerado sujo, dentro de um buraco, terminou por ser aceito pelo laboratório depois de um teste. Trabalhar como peão-de-obra depois de ter exercido várias outras ocupações lhe parecia um rebaixamento, e ascender ao trabalho dentro do laboratório, um trabalho limpo, significava recuperar a dignidade profissional. Entrando na indústria:

Eu estava deslumbrado. A qualidade, o pessoal, o cuidado que eles tinham com o produto. O pessoal verificando, o todo tempo, se o remédio estava com a mesma qualidade, se os comprimidos estavam padronizados, se estava no peso certo, na espessura, se estava correto o teor do princípio ativo que era acrescentado ao produto. Eu não fazia nem idéia que tinha todo esse cuidado. Eu fui adquirindo o conhecimento.

Ao desejo manifesto corresponde o entusiasmo sentido pelos métodos de trabalho dentro do Laboratório. Grandeza, cuidado, busca da qualidade e possibilidade de aprendizado levam-no, segundo ele próprio, ao deslumbramento. No entanto, a vontade de ingressar na indústria manifestada por Tomé se constitui em quase uma exceção. Na maioria dos casos estudados, o trabalhador se apresentou ao Laboratório como a uma empresa qualquer, à procura de emprego. Marcos²⁶ procurava alternativas:

Eu sempre vivi em crise. A minha vida sempre foi uma crise constante, a crise é normal. Nessa época até que ela deu uma diminuída. Aí eu pude falar:

— Agora eu vou embora...

Eu estava morando em Nova Fátima, próximo a Goiânia. Voltei para Anápolis desempregado. Então, em 1997, comecei a procurar emprego. Distribuí *curriculum* em algumas empresas. Fiz entrevistas dentre elas o Laboratório B. Depois fiz uns testes e a psicóloga me ligou para fazer um teste prático.

Iniciando o trabalho na indústria:

²⁵ Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 26 de julho de 2005.

²⁶ Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 17 de junho de 2005.

Me colocaram na esteira. Olhei para a frente e tinham umas dez mulheres mais um rapaz. Não achei bom. Estava todo mundo com a cara ruim (sic!). A gente estava embalando um medicamento cuja caixa era pequenininha. Difícil de pegar, na esteira, que é uma coisa danada. E eu, na ânsia de fazer a coisa rápida, porque era teste. A pressão para quem começava no primeiro dia era grande. Não podia errar porque tinha uma estrutura, na época era essa: você tinha uma líder na linha, responsável por assegurar a produtividade. Tinha o encarregado do setor e tinha o farmacêutico responsável pela área. Além de tudo isso, acima da minha cabeça, tinha uma câmera ligada, que estava o tempo todo ligada, isso em todas as áreas. Com vista direto para a sala da diretoria. De lá, eles monitoravam tudo que nós estávamos fazendo na esteira. Era aquele medo.

Então, no primeiro dia já me senti coagido, porque quando eu entrei as informações que eu recebi foram as seguintes: “olha, seu serviço é esse...”. Então eu comecei a observar algumas coisas: por que que ninguém conversava?. Normalmente, quando estão dez pessoas juntas, tem um frevo. Mas estava todo mundo caladinho. Eu trabalhei uns quinze dias sem saber quem estava do meu lado. O uniforme muda muito a fisionomia da pessoa e como você não conversava, não olhava muito para os outros, estavam concentrados no trabalho. Então eu passei esses dias vivendo isolado, sem muito contato com as pessoas. Depois disso, eu fui aproveitando o horário de almoço para conseguir me enturmar. Mas foi interessante, foi um mundo novo. A gente vai descobrindo o mundo.

No mundo novo de Marcos a vigilância dos chefes, o controle das câmeras, a necessidade de fazer correto, o distanciamento dos outros trabalhadores pelo uso de uniformes e o silêncio imposto resumem a coação no trabalho. Trabalhar nesse mundo novo resulta em assimilar não só o processo de trabalho, mas a pressão e a sensação de estranheza que é parte desse mundo. O rompimento do isolamento, o “enturmar-se”, se faz nos intervalos.

Representações semelhantes às de Tomé e Marcos se apresentam entre os trabalhadores de um Laboratório em Goiânia. De um lado deslumbramento e de outro sentimento de coação. Nesse laboratório as diferentes formas de ingresso marcam as trajetórias dos trabalhadores. Robson²⁷, por exemplo, começou a trabalhar no Laboratório ainda adolescente, com quatorze anos de idade, por meio de um programa social do governo do estado. Depois, na maioridade, continuou trabalhando no laboratório com contratos temporários. Em 2005 havia acabado de passar no concurso para provimento de cargos. Antes disso vivia uma grande ansiedade para garantir o seu trabalho dentro da empresa à qual estava vinculado há muitos anos. Assim se recorda do primeiro contato com a indústria:

É tudo muito novo. No primeiro impacto parece uma coisa grande. Embaixo tinha uma indústria. Mas eu trabalhava na parte de cima. Na indústria nova. Era grande. Não estava acostumado. Era um “trem” muito bem arrumadinho, limpinho. Eu tive uma alegria. Na verdade eu tive uma satisfação e começar a trabalhar nessa indústria foi uma coisa muito boa e positiva na minha vida.

Joana²⁸, comerciária e dona-de-casa durante muitos anos, entrou no laboratório através do concurso de 2002. Sobre o início de seu trabalho na indústria diz:

²⁷ Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 23 de junho de 2005.

²⁸ Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 07 de junho de 2005.

Uma amiga trabalhava no Laboratório e me disse para fazer o concurso. Eu nem perguntei o que era a indústria. Fiz o concurso e passei. Quando eu entrei foi um susto. Aquela correria, muitas obrigações, assepsia, aquela coisa toda que a gente não está acostumada. Hoje, eu não tenho tanto problema, mas no começo eu ficava muito tensa. Até por causa da pressão. Havia uma pressão muito grande no sentido de não poder errar. E, quando entramos, éramos muitos que não sabiam o trabalho e que tinham que aprender. Então eles ficavam com a pressão em cima. Talvez porque eles achassem que se pegassem leve a gente não aprenderia direito. Só que quando você trabalha sob pressão, você sente mais do que quando trabalha tranquilamente. É diferente. Daí tinha a pressão, tinha o trabalho repetitivo e o fato de eu ter ficado um bom tempo sem trabalhar. Isso me deixava muito cansada. Teve uma época que eu fiquei estressada mesmo! Até meio deprimida, depois foi passando, fui me acostumando. Mas quando eu entrei, falei:
— Eu não fico nem um ano.

Para Joana, à semelhança de Marcos, o que salta aos olhos na produção de medicamentos é a coação e pressão exercidas sobre o trabalhador, diferentemente das impressões de Tomé e Robson.

As diferentes interpretações dadas ao espaço fabril são fruto das diferentes experiências e das trajetórias anteriores dos sujeitos pesquisados, bem como de sua forma de ingresso no trabalho industrial. Segundo Lopes (2000:218): “Ao passarem do campo para a cidade, do regime de trabalho rural para o sistema de trabalho fabril, os trabalhadores arrastam códigos, conhecimentos agregados durante essas jornadas que lhes possibilitam reelaborar suas experiências e atualizar suas identidades.” O mesmo poderíamos dizer a respeito dos diversos trajetos ocupacionais desses trabalhadores. As experiências anteriores adentram a fábrica e permitem uma interpretação do espaço fabril, construída a partir do que foi vivido e do futuro que se projeta.

Assim, à percepção da novidade representada pelo trabalho na indústria seguem duas vertentes: a primeira impressão que o trabalho na indústria adquire é de positividade quando o emprego representou um anseio de longa data, uma melhoria salarial ou uma forma de ascensão profissional, como nos casos de Robson e Tomé, significando a saída de um trabalho “sujo” para um “limpo” ou de um trabalho temporário para um estável. Para quem o trabalho na indústria não representava uma grande mudança profissional e salarial ou um acréscimo expressivo de conhecimento, caso de Marcos e Joana, “o novo” da indústria toma outra dimensão, o da coação. Apresenta-se desmistificado.

Bibliografia:

- AUED, Bernardete W. **Usos e abusos da entrevista bibliográfica**. Notas de aula. Mimeo. Florianópolis, 2002.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960)**. In: **Relações cidade-campo:fronteiras**. SILVA (Org.) Luiz Sérgio Duarte da. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas, Papyrus Editora, 1996.
- CASTRO, Sérgio Duarte. **Sistemas produtivos locais no Estado de Goiás. O caso da indústria farmacêutica do eixo Goiânia-Anápolis**. Relatório final – Convênio IPEA/ANPEC – nº 004/2000. Mimeo. Goiânia:2001.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro, Ed. Revan, UFRJ, 1994.

- DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** In, Educação e Sociedade, ano XIX, nº 62, abril/98.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ESTEVAN, Luís. O tempo da transformação. Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.
- GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade em tempos de reestruturação e flexibilização. Trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro.** Tese de Doutorado.UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. **“Americanismo e Fordismo”.** In: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- IASI, Mauro Luis. **A mediação particular e genérica da consciência de classe. O Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento.** Tese de doutoramento. USP, 2004.
- LOPES, José Carlos Cacau. **A voz do dono e o dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. **Capítulo VI inédito de O Capital.** São Paulo: Editora Moraes, 1996.
- _____. **O capital. Crítica da economia política.** Col. Os Economistas. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- _____. **O capital. Crítica da economia política.** Col. Os Economistas. Vol.2. São Paulo: Nova Cultura, 1988b.
- MEIRELES, Cecília. **Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência.** In, Os melhores poemas de Cecília Meireles. 8 ed. São Paulo: Global, 1996.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo/Ed.Unicamp, 2002.
- SALERMO, Mário Sérgio. **Modelo japonês, Trabalho brasileiro.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2001.